



Alerta Vigilant

Boletim do Sector da Vigilância do PCP
(Especial Presidenciais)

Coragem e confiança *um horizonte de Esperança*

Nem mais um passo atrás... Por um contrato de trabalho colectivo digno

Está nesta altura a ser discutida a revisão do CCT (Contrato Coletivo de Trabalho) que vigorará em 2021. Desta vez será a Covid 19 a desculpa para que as empresas atentem contra os direitos dos trabalhadores e não cumpram com os compromissos assumidos. É o caso do valor do trabalho em dias feriados e valor das horas extras.

Há que lutar por direitos perdidos e medidas que possam trazer melhores condições de vida para os vigilantes

Relembrar que estava acordado que a 01 de Janeiro de 2021, as horas extras diurnas voltariam a ser pagas a 50% ao invés dos 37,50 % dos últimos dois anos e os dias feriados a 100 % em vez dos atuais 50%. Não podemos admitir que se continue a desvalorizar o trabalho, seja com a cláusula 85º, ou outra cláusula

qualquer.

Há que lutar por direitos perdidos e medidas que possam trazer melhores condições de vida para os vigilantes: O valor das horas extras, noturnas e em dias feriados, o aumento do número de horas consideradas noturnas, atribuição de subsídio de turno, domingo considerado dia de descanso e pago como tal, cartão e registo criminal pago pela empresa, diuturnidades e criação de carreiras profissionais

Apesar dos aumentos de salários que ocorreram em 2019 e 2020 não esquecer que estes estiveram CONGELADOS CERCA DE 10 ANOS até 2019. A CGTP reivindica um aumento de salário de 90 euros para todos os trabalhadores, ou seja, também para os vigilantes...

As empresas têm-se mostrado irredutíveis nas negociações e é por isso que a LUTA e UNIÃO dos trabalhadores tem de ser mais forte que nunca.

Salários Dignos + 90€

Valor hora extra

Valor dia feriado

Diuturnidades

Valor hora noturna

Subsídio de turno

Carreiras profissionais

João Ferreira, uma candidatura

João Ferreira, apresentou a candidatura à Presidência da República, no passado dia 17 de Setembro de 2020. Esta é uma candidatura que se apresenta defensora dos valores de Abril, comprometida com o povo e os trabalhadores, por estas e muitas outras razões os vigilantes apoiam este candidato, é o candidato que melhor nos poderá representar e lutar ao nosso lado na conquista de uma vida melhor.

Aqui ficam alguns exertos da declaração de candidatura de João Ferreira, estas são algumas ideias-chaves do seu projecto como Presidente da República

«A candidatura que defende os valores de Abril, a defesa dos direitos dos trabalhadores e do povo à afirmação da igualdade e justiça sociais da soberania e independência nacionais».

«A candidatura que é de todos os democratas e patriotas, de todos os trabalhadores, de todos os homens e mulheres que lutam por um Portugal mais justo, soberano e desenvolvido»

"(...) Um País onde o trabalho foi desvalorizado, onde a exploração se acentuou e os salários e direitos foram e são atacados, onde os horários de trabalho são intensificados, ao passo que fortunas de uns poucos aumentam a cada ano que passa.

Um País que viu serem desvalorizados os serviços públicos e as funções sociais do Estado, nomeadamente a Escola Pública e o Serviço Nacional de Saúde (...)"

«A candidatura que está contra a posição de abdicação da defesa dos interesses nacionais tão visível no processo de integração capitalista da União Europeia, de submissão aos ditames e imposições dos centros de decisão do directório de potências, de vinculação a tratados que impedem o pleno



defensora dos valores de Abril

desenvolvimento soberano do País(...).

Uma candidatura que assumirá a denúncia das injustiças, da exploração, da corrupção, e das opções de classe que estão na origem de favorecimento dos grandes grupos económicos e financeiros.

Uma candidatura que denunciará as diversas dimensões do ataque ao regime democrático promovido pelos sectores mais reaccionários da sociedade portuguesa, ao serviço dos grupos monopolistas. Que dará expressão aos anseios dos trabalhadores e do povo. Que defenderá a soberania e os interesses nacionais e assumirá a acusação dos que os entregam. Que assumirá a defesa de uma outra sociedade.

Livre de injustiças e da exploração, afirmando ideais, projecto e valores, para um País mais livre, mais justo e mais fraterno. Que agirá com coragem e confiança contra o medo e a resignação.»

João Ferreira deixa claro não apenas que se dirige «aos que vivem do seu trabalho» mas também que a candidatura que assume é e será um espaço de luta comum da juventude,

dos

trabalha

dores, do povo.»

Convocou assim camadas e sectores antimonopolistas a que transformem a «inquietação em luta, convertam o desassossego em confiança num futuro construído à medida dos sonhos e projectos a que temos direito» e dos quais «não vamos desistir».

«O problema não é, nunca foi, esse carácter progressista e avançado do regime democrático que emergiu da Revolução de Abril. O problema é, e tem sido sempre a acção e omissão de governos e Presidente da República.

Incluindo os actuais, convergindo no bloqueio da plena concretização do projecto vertido no texto constitucional.

Em Portugal e no mundo, vivemos um tempo invulgar, complexo e exigente.

A irrupção da COVID-19, além de nos confrontar com questões novas, agravou consideravelmente velhos problemas .

Os efeitos da pandemia são inseparáveis da formação socioeconómica em que se produzem. No capitalismo, que tudo mercantiliza, incluindo a saúde e a doença, milhões de seres humanos são empurrados para uma situação de vulnerabilidade extrema.

As dificuldades são instrumentalizadas para atacar direitos e impor retrocessos, aí

temos, em tantos lados o crescimento do desemprego a ser usado como chantagem para aumentar a exploração. A precariedade laboral, o ataque aos salários, a desregulação dos horários, o incremento dos ritmos e a degradação das condições de trabalho, o aumento da idade de reforma, o desinvestimento nos serviços públicos.

O medo é exacerbado e manipulado para restringir direitos e liberdades, a pretexto do combate ao vírus e da garantia de uma alegada segurança».

«A crise aumenta a violência do sistema. Instigam-se divisões e conflitos no seio da população, voltando trabalhadores contra trabalhadores. O racismo, a xenofobia, a extrema direita e o fascismo são normalizados e mesmo abertamente promovidos, a partir de alguns dos principais centros de poder económicos e seus prolongamentos políticos e mediáticos,

É a promiscuidade entre o poder político e o poder económico, que alimenta a corrupção e coloca os instrumentos do poder político ao serviço de uma minoria privilegiada.

São os problemas da justiça, a desvalorização da segurança dos cidadãos e a perversão da missão constitucional das Forças Armadas.»

Combater os despedimentos na vigilância

Alertamos que os lay-off seriam a antecâmara dos despedimentos, e tal começa a comprovar-se. Durante os meses de Outubro e Novembro ocorreram vários despedimentos colectivos, como por exemplo, na *Loomis* e nos Aeroportuários da *Securitas*. Também na *Prosegur* através de uma transmissão de estabelecimento fraudulenta. Estas empresas estiveram todas em lay-off simplificado (implicando cortes nos vencimentos e apoios do estado) e esperaram pelo limite de 60 dias, período concedido pelo governo, para começar a despedir.

No comunicado da célula do PCP dos APA (trabalhadores Aeroportuários), os comunistas já vinham alertando para a situação que se vive tanto no terminal 2, com os trabalhadores da *ICTS* em lay-off desde Julho, como no terminal 1, onde os trabalhadores da *Securitas* que não aceitaram a chantagem para passarem a part-time estão a receber cartas de despedimento. Assim iniciou-se durante o mês de Outubro/Novembro o processo de despedimento colectivo de 81 trabalhadores, 65 em Lisboa.

Na *Loomis* (Transportes de valores - *Securitas*), está em curso um despedimento coletivo de 30

trabalhadores, a filial é encerrada em Coimbra e despedem-se os trabalhadores que não aceitaram a retirada injustificada do subsídio de deslocação, procurando obrigar os restantes trabalhadores a fazer mais horas de trabalho. Os trabalhadores têm resistido através de greves de 24h, greves ao trabalho extraordinário, e concentrações na sede da empresa. A *Prosegur*, que perdeu o hospital Amadora-Sintra, transmitiu os seus 50 trabalhadores para a empresa *Noite e dia* e quando estes trabalhadores se apresentaram ao serviço no início do mês de Novembro, não tinham posto de trabalho. Os trabalhadores encontram-se num impasse muito complicado, não foram despedidos, com acerto de contas e carta para o fundo de desemprego, nem têm garantido o seus postos de trabalho, tendo já realizado uma grande concentração à porta do Hospital.

O PCP mais uma vez, vem reafirmar a sua solidariedade e toma posição ao lado da luta dos trabalhadores que estão em risco de ficarem sem trabalho, mas também daqueles que ficando a trabalhar estão confrontados com mais horas de serviço e menos direitos laborais.

Manifesto da célula dos vigilantes da 2045

Os vigilantes comunistas da célula 2045 esforçam-se diariamente na denúncia das irregularidades que vão acontecendo no seio da empresa. Convergindo esforços para a união dos vigilantes, procuram manter a coesão, lutar por direitos perdidos e apresentar projetos que garantam a dignidade dos vigilantes e transformem a atividade numa profissão aliciante e de futuro neste país.

Contacta-nos:

Morada:

Av. Liberdade
n.º 170,
1250 - 146
Lisboa

Telefone:

213 307 000

Email:

sector_vpl@dorl.pcp.pt

PCP Abstem-se no Orçamento de Estado

O PCP absteve-se na votação do Orçamento de Estado 2021 viabilizando assim a sua aprovação e evitando uma crise política numa altura em que o país já vive uma situação muito difícil. A abstenção do PCP mostra o desacordo do Partido com muitas das opções e critérios do Governo PS. O PCP, com a sua persistência e determinação permitiu inscrever na versão final do OE medidas que permitem o pagamento dos salários por inteiro a todos os trabalhadores em lay-off, o aumento de 10 euros a partir de 1 de Janeiro das reformas e pensões até 658 euros e o prolongamento, por seis meses, do subsídio de desemprego, quando o período da sua concessão termine em 2021. O Partido conseguiu ainda garantir um conjunto significativo de medidas de reforço do Serviço Nacional de Saúde (SNS) que abrange a contratação de centenas de médicos, enfermeiros e outros profissionais e a recuperação de consultas em atraso.